

MOVIMENTOS SOCIAIS E

EDUCAÇÃO

políticas e práticas



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

JERÔNIMO RODRIGUES - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA

EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETORA DA EDITUS

Rita Virginia Alves Santos Argollo

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

Alexandra Marselha Siqueira Pitolli

Eduardo Lopes Piris

Evandro Sena Freire

Guilhardes de Jesus Júnior

Jorge Henrique de Oliveira Sales

Josefa Sônia Pereira da Fonseca

Lessí Inês Farias Pinheiro

Luciana Sedano de Souza

Lurdes Bertol Rocha

Maria Luiza Silva Santos

Ricardo Matos Santana

Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti

Sabrina Nascimento

SÉRIE MOVIMENTOS
SOCIAIS E EDUCAÇÃO



Arlete Ramos dos Santos
Geovani de Jesus Silva
Julia Maria da Silva Oliveira
Lívia Andrade Coelho
(Organizadores)

MOVIMENTOS SOCIAIS E
EDUCAÇÃO
políticas e práticas

VOLUME 1

Ilhéus - Bahia



2019

©2019 by ARLETE RAMOS DOS SANTOS
GEOVANI DE JESUS SILVA
JULIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
LÍVIA ANDRADE COELHO

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA

A5 editora

DIAGRAMAÇÃO

Karina Vizeu Winkaler | Tikinet

REVISÃO

Roberto Santos de Carvalho

Tess Chamusca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M935 Movimentos sociais e educação: políticas e práticas / Organizado por Arlete Ramos dos Santos... [et. al] – Ilhéus, BA: Editus, 2019. 255 p.: il. – (Movimentos sociais e educação; v.1).

Inclui referências.
ISBN: 978-85-7455-517-1

1. Educação – Aspectos sociais. 2. Movimentos sociais. 3. Educação – Aspectos políticos. I. Santos, Arlete Ramos dos. II. Silva, Geovani de Jesus. III. Oliveira, Julia Maria da Silva. IV. Coelho, Lívia Andrade.

CDD 370

Elaborado por Quele Pinheiro Valença – CRB 5/1533

EDITUS - EDITORA DA UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Sobre os organizadores.....	7
Apresentação	9
<i>Arlete Ramos dos Santos, Julia Maria da Silva Oliveira, Geovani de Jesus Silva e Livia Andrade Coelho</i>	
Prefácio	15
Patrimônio coletivo	
<i>Ademar Bogo</i>	

EIXO 1 MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA DE CLASSES

Do protagonismo à submissão: os dilemas dos Movimentos Sociais do campo frente ao governo atual <i>Ademar Bogo</i>	25
O PRONERA e os descaminhos de uma política pública: o MST e os Governos FHC e Lula <i>Fátima Moraes Garcia, Leila da Silva Sousa e Eduardo Lisboa Santos</i>	41
Princípios educativos do MST: estratégias e caminhos para uma formação contra-hegemônica <i>Jetson Lourenço Lopes da Silva</i>	57
A contribuição do Fórum do Movimento Social de Manguinhos na formação política de jovens e adultos <i>Michelle Oliveira, Leonardo Bueno e Cátia Nascimento</i>	73
O lugar da emancipação no “trabalho educativo” dos camponeses articulados nos comitês de bacias hidrográficas da Bahia: críticas marxistas <i>Cassiana Mendes dos Santos Almeida</i>	89
Juventude, movimentos sociais e participação: novas configurações <i>Marcela Rosa de Lima Machado</i> <i>Fernando Selmar Rocha Fidalgo</i>	105

EIXO 2
A DIVERSIDADE EM QUESTÃO:
DESAFIOS POSTOS

Projeções das famílias camponesas em relação aos/às jovens de assentamentos rurais na microrregião Guanambi, BA: entre o campo e a cidade <i>Domingos Rodrigues da Trindade e Laís Maria Borges de Mourão Sá</i>	125
Movimentos sociais de caráter popular: questões de gênero e educação no MST <i>Djacira Maria de Oliveira Araújo</i>	143
Universidade e os movimentos sociais: cidadania participativa no Território da Bacia do Rio Grande-BA <i>Nilza da Silva Martins de Lima, Cleonice Ferreira dos Santos, Queina Lima da Silva e Rayra Régis Barbosa</i>	155
A voz de jovens estudantes do campo sobre seu processo de escolarização <i>José Carlos Sena Evangelista</i>	167

EIXO 3
A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

A educação ambiental exigida no licenciamento <i>offshore</i> de petróleo: um instrumento para a organização popular? <i>Noa Magalhães e Carlos Frederico B. Loureiro</i>	187
Processos de educação, cultura e território indígena na Bahia <i>Erlon Santos de Souza e Maria de Fátima de Andrade Ferreira</i>	205
“No rio e no mar, pescadores na luta!” Um olhar sobre o movimento dos pescadores e pescadoras artesanais <i>Táise dos Santos Alves e Guiomar Inez Germani</i>	217
Territorialidade em áreas de assentamentos de reforma agrária: aprendizado da luta dos movimentos sociais <i>Sidiney Alves Costa e Luiz Bezerra Neto</i>	237

SOBRE OS ORGANIZADORES

ARLETE RAMOS DOS SANTOS

Professora Adjunta no Departamento de Ciências da Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz-Ilhéus-Bahia. Atua na área de Educação, com ênfase na Educação do Campo, burocracia estatal e privada, gestão educacional, administração escolar, políticas educacionais e movimentos sociais do campo.

Realizou estágio de pós-doutorado em Educação e Movimentos Sociais do Campo, na Universidade Estadual Paulista - UNESP. É Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013); Mestra em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010); Licenciada em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2002).

É coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas – CEPECH/DCIE/UESC, bem como do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo – GPEMDEC - DCIE/UESC/CEPECH. Faz parte do Colegiado Estadual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

GEOVANI DE JESUS SILVA

Professor Adjunto no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias-DCHT, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XVIII, em Eunápolis – Bahia. Atua na área de Educação, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos - EJA e na coordenação do trabalho pedagógico. Interessase pelos estudos sobre Tempos Docentes; Tempo Livre; Tempos Cotidianos e Educação; Condição e Trabalho Docente.

Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. É Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa – Portugal (2007). É Especialista em Educação Infantil, pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá – FIJ – Rio de Janeiro, e em Políticas Educativas e Desenvolvimento Humano, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa – Portugal (2006). É Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1997).

JULIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Professora Titular no Departamento de Ciências da Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz-Ilhéus-Bahia. Atua na área de Educação, com ênfase em Educação de Pessoas Jovens e Adultas e juventudes.

Possui Doutorado em Educação pela Université de Montréal – Québec-Canadá (2005). É Mestra em Educação, pela Universidade Federal da Bahia (1997) e Licenciada em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1994).

É coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas – CEPECH/DCIE/UESC.

LÍVIA ANDRADE COELHO

Professora Adjunta no Departamento de Ciências da Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz-Ilhéus-Bahia. Atua na área de Educação, com ênfase nas políticas públicas educacionais, tecnologias da informação e comunicação, educação de pessoas jovens, adultas e idosas, educação a distância.

Possui Doutorado em Educação, pela Universidade Federal da Bahia (2014). É Mestra em Educação, pela Universidade Federal da Bahia (2011) e Licenciada em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2000).

É coordenadora pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado na modalidade a distância, pela UESC. Coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas (CEPECH/DCIE/UESC) e integra o Grupo de Pesquisas Interdisciplinares Sobre Tecnologias e Educação (Ábaco/UnB). Consultora AdHoc da FAPITEC/SE.

APRESENTAÇÃO

Observamos na atualidade um cenário social e político que traz, no seu âmago, o resultado das lutas dos sujeitos coletivos, que desabrocharam principalmente a partir da segunda metade do século XX. Tais sujeitos se organizaram na forma de Movimentos Sociais, os quais são identificados por meio de siglas que transmitem os objetivos e a bandeira de luta que defendem. Os Movimentos Sociais têm representado socialmente os interesses coletivos que ainda não foram contemplados pela sociedade capitalista e que se expressam na forma de direitos sociais.

Historicamente, temos assistido aos partidos políticos e sindicatos, tanto da corrente capitalista quanto da socialista, tornarem-se ineficientes para representar os interesses coletivos, e isso tem motivado o surgimento de novas formas de organização e contribuído para originar os vários Movimentos Sociais que expressam seus anseios em busca de desenvolvimento sustentável, Reforma Agrária, habitação, saúde, educação, questões de gênero, dentre outros temas.

Mudanças profundas no sistema produtivo — como a modernização tecnológica que tem servido para o aprimoramento da exploração dos trabalhadores, a eliminação crescente de postos de trabalho e o estabelecimento do desemprego como característica estrutural — têm levado os sujeitos individuais e coletivos a refletirem e reverem suas formas de organização na sociedade, bem como estabelecerem táticas de lutas para fazer o enfrentamento aos mecanismos de recomposição da base produtiva do sistema capitalista. Tais sujeitos foram construindo alternativas de mobilização e de lutas sociais, as quais são consideradas como uma prática educativa que tem despertado grande interesse de estudos e pesquisas pelos que buscam a transformação da escola por meio de uma pedagogia emancipatória, pautada na capacidade de reflexão e autonomia dos sujeitos.

Nessa perspectiva, apresentamos este livro, composto por artigos publicados nos Anais do I e do II Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação, realizados na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), nos anos de 2012 e 2014, respectivamente.

O livro está dividido em três eixos, quais sejam:

1. Movimentos Sociais e luta de classes: este eixo é composto por seis textos que centram a discussão sobre as principais formas de enfrentamento contra o sistema capitalista realizadas pelos Movimentos Sociais da classe trabalhadora na atualidade. Os textos discutem as políticas públicas educacionais para os Movimentos Sociais, principalmente no período do governo

de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva. Ressaltam que alguns Movimentos Sociais dos trabalhadores têm bandeiras de lutas que buscam uma contra-hegemonia à hegemonia dominante; outros apresentam bandeiras de lutas que, em certa medida, visam estabelecer um consenso com o sistema capitalista, continuando, assim, com a estrutura de dominação.

No artigo inicial, **Do protagonismo à submissão: os dilemas dos Movimentos Sociais do campo frente ao governo atual**, o autor nos apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica, na qual desenvolve reflexões críticas acerca dos dilemas das forças sociais frente ao atual governo no Brasil e indica as possibilidades de reação. Tem como ponto de partida, para tal debate, o ressurgimento e a evolução das reações da sociedade civil no final da década de 1980, ao discutir o protagonismo das lutas sociais nesse contexto. Através do apontamento dos principais obstáculos e de algumas alternativas para superá-los, os resultados da pesquisa indicam que é preciso que as forças sociais busquem interpretar a situação real da acomodação e cooptação das forças políticas e populares pelo governo e pela institucionalidade; sendo, dessa forma, necessário à redefinição das características popular, sindical e política dos movimentos, tal qual o investimento na mobilização, organização e formação política dos sujeitos sociais, sem perder de vista a importância de elaborar o objetivo estratégico para colocar todas as formas de lutas a seu serviço.

Em **O PRONERA e os descaminhos de uma política pública: o MST e os governos FHC e Lula**, as autoras e o autor analisam as relações estabelecidas entre o MST e os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 a 2002) e Lula (2003 a 2010) a partir da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A análise revelou que ambos os governos se pautaram nos pressupostos do neoliberalismo. Ressalta que no governo FHC houve maior repressão sobre os Movimentos Sociais, ao mesmo tempo que as reivindicações feitas pelo PRONERA eram constantes. Discute que, durante o governo Lula, apesar da manutenção do Programa, houve estímulo ao processo de conformação da classe trabalhadora ao capital.

Princípios educativos no MST: estratégias e caminhos para uma formação contra-hegemônica faz uma análise da proposta educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a qual, a partir de seus princípios educativos, propõe uma formação contra-hegemônica utilizando fundamentos intelectuais e morais, a fim de contribuir para a formação do indivíduo com base em novos padrões societários de cultura.

Em **A contribuição do Fórum do Movimento Social de Manguinhos na formação política de jovens e adultos**, são analisados os processos educativos

construídos com jovens e adultos em um espaço de movimento social. Os dados foram coletados a partir da participação dos autores em encontros do Fórum Social de Mangueiras, bem como foram empreendidas análises de documentos produzidos por esse movimento social. Os autores concluem que o exercício da participação ainda é um grande desafio em espaços favelizados onde predominam as disputas internas de poder e a dificuldade de diálogo com o poder público.

No quinto artigo, **O lugar da emancipação no “trabalho educativo” dos camponeses articulados nos comitês de bacias hidrográficas da Bahia: críticas marxistas**, encontraremos uma análise acerca da categoria *emancipação* nas propostas educativas dos trabalhadores do campo envolvidos nos colegiados ambientais dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). O texto trata das lutas sociais aos consensos, do “trabalho educativo” nos CBH e da Educação nos CBH da Bahia.

O último artigo desse eixo, **Juventude, movimentos sociais e participação: novas configurações**, discute as novas formas de participação e mobilização da juventude brasileira no século XXI, o papel que a internet desempenha na organização dos Movimentos Sociais e nas atuais formas de participação política da juventude. Empreende uma análise das manifestações ocorridas no Brasil durante a Copa das Confederações, em 2013.

2. A diversidade em questão: desafios postos: este eixo é composto por três artigos, nos quais a discussão central é sobre as questões da diversidade e das lutas em torno da construção de identidade dos sujeitos em diferentes espaços educativos. Nos últimos anos, a relação entre desigualdades e diversidade tem ocupado um importante espaço no debate educacional e político no Brasil. A diversidade se constitui em um espaço de luta dos Movimentos Sociais e é entendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças. Está presente em meio às lutas relacionadas à desigualdade gerada pelo contexto de crises econômicas e sociais, observando os contextos nacional e internacional, em temáticas que retratam a identidade cultural, territorial, bem como a discussão sobre determinados grupos, identidades culturais, espaciais e territoriais, discriminação, entre outros.

Em primeiro vem **Projeções das famílias camponesas em relação aos/às jovens de assentamentos rurais da microrregião Guanambi, BA: entre o campo e a cidade**. É um recorte de uma pesquisa de doutorado sobre a constituição social de jovens de assentamentos rurais na microrregião Guanambi, Bahia. As reflexões neste texto resultam de 21 entrevistas realizadas

com as famílias (pai e mãe) dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança.

No artigo intitulado **Movimentos sociais de caráter popular: questões de gênero e educação no MST**, a autora problematiza os desafios dos movimentos sociais, na perspectiva de fortalecer e valorar novas práticas educativas e formativas nas relações de gênero. Observa que se faz necessário refletir sobre a histórica questão das opressões e desigualdades sociais e políticas, assim como os movimentos sociais vêm enfrentando-as. Apesar de tratar do Movimento Sem Terra como singularidade, a autora destaca que as relações sociais de gênero, classe e etnias têm por fundamento a forma como a sociedade se organiza e controla a produção e a reprodução da existência. Traz, ainda, para o debate análises sobre as bases materiais que a sociedade sustenta em cada época, como essa organiza as suas instituições para dar conta de reproduzir e manter o equilíbrio de determinadas configurações econômicas, políticas e poder. Dentre estas instituições, insere-se a educação para além dos seus complexos sistemas escolares.

O artigo **Universidade e os movimentos sociais: cidadania participativa no Território da Bacia do Rio Grande-BA** é um delineamento das ações desenvolvidas pelos Movimentos Sociais no Território da Bacia do Rio Grande, localizada no oeste da Bahia. Segundo as autoras, os resultados da pesquisa revelaram a grande relevância e dinamismo dos movimentos para a formação de uma cidadania participativa, tendo em vista que estes atuam tanto na luta pela terra, no caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como também em prol do meio ambiente, e da paz.

Por último, vem **A voz de jovens estudantes do campo sobre seu processo de escolarização**, que analisa os discursos de estudantes oriundos de escolas da comunidade do Ribeirão Seco (Itabuna, Bahia) que estudam os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas urbanas.

3. A participação dos Movimentos Sociais em espaços não escolares: na educação não escolar, os espaços educativos são localizados em territórios que acompanham a vida dos grupos e indivíduos, seja na participação de atividades dos Movimentos Sociais ou da igreja, nas associações, Organizações Não Governamentais (ONG), dentre outros. Certo é que essa educação não prescinde da escola e tem uma intencionalidade, principalmente para a formação cidadã, sendo que a participação é optativa e acontece a partir do interesse dos sujeitos. Nesse eixo estão artigos que discutem a educação nos espaços não escolares.

O artigo **A educação ambiental exigida no licenciamento offshore de petróleo: um instrumento para a organização popular?** trata do recorte de uma tese de doutoramento cuja problemática apresentada é que a educação

ambiental crítica e participativa implementada como medida mitigatória no Licenciamento Ambiental Federal é posta como instrumento-chave para o fortalecimento de grupos sociais impactados pelos empreendimentos. A pesquisa foi realizada por meio do estudo de Projetos de Educação Ambiental (PEA) implementados no licenciamento *offshore* de petróleo na Bacia de Campos (BC), enquanto política pública para a Gestão Ambiental participativa.

O recorte da pesquisa sobre “Etnoconhecimento: estudo de caso sobre saberes populares e percepção ambiental na Comunidade Indígena Tupinambá, Serra do Padeiro, Buerarema, BA” gerou o artigo **Processos de educação, cultura e território indígena na Bahia**, que debate a importância da escola indígena como espaço social e comunitário e, por excelência, local dedicado à educação, socialização, construção de saberes e do conhecimento. O texto apresenta a educação escolar indígena como espaço de relevância da interculturalidade, afirmação de identidades étnicas, reescrita da memória histórico-social e cultural e valorização das línguas, saberes populares e conhecimentos indígenas. Os autores revelam a permanente tensão sobre as concepções e interpretações do indígena no imaginário da sociedade, além de discutirem sobre as lutas dos indígenas para assegurarem os seus direitos e deveres humanos e sociais, o reconhecimento definitivo à cidadania e, inclusive, a formulação de educação com modos próprios de constituição do saber e da cultura indígena, bem como a participação, com envolvimento, das comunidades e dos povos indígenas nesse processo.

No artigo “**No rio e no mar, pescadores na luta!**”, **um olhar sobre o movimento dos pescadores e pescadoras artesanais** busca retratar a pesca artesanal no Brasil como uma importante atividade socioeconômica que “marca” e cruza histórias no tempo e no espaço das narrativas de vida dos sujeitos e que também está relacionada ao sustento de diferentes grupos. As autoras trazem algumas reflexões sobre a importância da pesca artesanal como símbolo de permanência e cultura popular, sobre seus modos de vidas e suas subjetividades, que dão visibilidade a uma atividade extrativista que resiste ao domínio do capital e aos conflitos que se instalam sobre os territórios pesqueiros da Bahia. Apresentam, também, a mobilização dos(as) pescadores(as) artesanais através da atuação do Movimento dos(as) pescadores(as) Artesanais, trazendo seus contextos, frentes de atuação e objetivos enquanto movimento organizado na defesa da atividade tradicional pesqueira sobre seus territórios.

Para finalizar, temos o artigo intitulado **Territorialidade em áreas de assentamentos de reforma agrária: aprendizado da luta dos movimentos**

sociais, o qual versa sobre a luta pelo assentamento como nova forma de ocupação do espaço e uma nova territorialidade. Busca apreender a ocupação da terra e constituição do assentamento como elementos interligados, pertencentes da nova forma de divisão do espaço como meio de produção e de participação política. Os autores salientam que a nova territorialidade exige reconhecer o processo de ocupação e seus sujeitos como componentes significativos dos diferentes processos, nos quais são elevados de sem terra e ocupantes de terra a assentados. Neste sentido, na dimensão social da luta, crivada por rupturas, contradições e visões sobre a terra, são buscadas as relações de poder, os elementos da espacialidade e as ferramentas para estabelecer relações entre os sujeitos que lançam sua marca social por meio de símbolos, linguagem, discurso, práticas e relações, que perpassam da ocupação/acampamento ao assentamento. De acordo com os autores, esta forma de abordagem permite mirar os assentamentos conquistados como espaços de promoção dos direitos de cidadania, que possuem especificidades não descoladas da totalidade, mas subordinadas às condições objetivas do capitalismo.

Por fim, acreditamos que os textos que compõem esta coletânea trazem importantes reflexões sobre a relação da luta de classes com a temática dos movimentos sociais e a educação.

Arlete Ramos dos Santos
Julia Maria da Silva Oliveira
Geovani de Jesus Silva
Lívia Andrade Coelho